



CONTRATO-PROGRAMA DE DESENVOLVIMENTO DESPORTIVO

Outorgantes

Primeiro: Câmara Municipal do Marco de Canaveses, autarquia local com personalidade jurídica e autonomia administrativa e financeira, pessoa coletiva n.º 501073655, com sede no Largo Sacadura Cabral, 4630-219 Marco de Canaveses, neste ato representada pela sua Presidente, Dra. Cristina Vieira adiante designado 1º outorgante.

Segundo: Associação Independentes Clube de Pesca Desportiva, pessoa coletiva n.º 507591933 com sede na Rua da Igreja, n.º 122 – 4625-282 Paços de Gaiolo MCN, neste ato representada pela seu Presidente da Direção, Manuel Ferreira, adiante designado 2º outorgante.

Pressupostos

Considerando as atribuições dos municípios nos domínios do desporto e tempos livres;

Considerando a competência dos órgãos municipais no apoio a atividades desportivas e recreativas de interesse público municipal;

Considerando o reconhecimento da importância que o desporto assume na sociedade moderna, como fator de saúde, bem-estar, sociabilidade e melhoria do desempenho profissional;

Considerando que o desenvolvimento desportivo, um dos anseios das populações nas sociedades atuais, exige que as diferentes entidades com capacidade de intervenção utilizem as suas potencialidades de forma conjugada e articulada, proporcionando melhores condições de acesso à prática desportiva;

Considerando que compete aos Municípios em colaboração com as associações desportivas, promover o desenvolvimento e generalização da atividade física e do desporto, enquanto instrumento essencial para a melhoria da condição física, da qualidade de vida e da saúde dos cidadãos;

Considerando que o desenvolvimento desportivo do Marco de Canaveses, necessita da conjugação das vontades das diferentes entidades intervenientes no Município;



Considerando que a Associação Independentes Clube de Pesca Desportiva o como entidade associativa sem fins lucrativos tem como seus objetivos, o desenvolvimento da prática de atividade física e desportiva, movimentando pessoas;

Entre a Câmara Municipal e a Associação Independentes Clube de Pesca Desportiva:

É celebrado o presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo que se rege pelo disposto no DL nº 273/2009, de 1 de Outubro, pelo disposto nos artigos 46º e 47º da Lei nº5/2007, de 16 de Janeiro, pelo disposto no Código Regulamentar do Município de Marco de Canaveses – Capítulo 6 - Apoio ao Associativismo e Princípios Gerais de Direito Administrativo, em especial os princípios enunciados no artigo 1.º-A do Código dos Contratos Públicos, pelos considerandos supra e cláusulas seguintes:

Cláusula Primeira

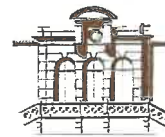
(Objeto)

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo tem por objeto a cooperação financeira entre os outorgantes, destinada à execução do programa de desenvolvimento desportivo apresentado pelo segundo outorgante.

Cláusula Segunda

(Obrigações do segundo outorgante)

1. Por força do presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo, constituem obrigações do segundo outorgante fomentar e dinamizar a prática de pesca desportiva, nos termos que se concretizam nas alíneas seguintes:
 - a. Aquisição de uma viatura para o transporte de atletas para competições de pesca desportiva.
2. A ação contemplada no número anterior, quando seja divulgada ou publicitada, por qualquer meio, têm obrigatoriamente de referir o apoio concedido pela Câmara Municipal, através da menção «Com o apoio da Câmara Municipal do Marco de Canaveses».
3. A Associação Independentes Clube de Pesca Desportiva compromete-se também, sempre lhe seja atempadamente solicitado e sem prejuízo das suas atividades desportivas colaborar em iniciativas promovidas pela Câmara Municipal.



4. A Associação Independentes Clube de Pesca Desportiva compromete-se a certificar as suas contas e organizar a sua contabilidade por centros de custos, com reconhecimento claro dos custos incorridos por contrato-programa e a identificação das receitas, nos termos do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Terceira

(Obrigação do primeiro outorgante / participação financeira)

1. Para a prossecução do programa de desenvolvimento desportivo apresentado na cláusula segunda, a Câmara Municipal do Marco de Canaveses participa financeiramente no valor de **5.000,00 € (cinco mil euros)**, a pagar pela forma de transferência bancária.

1.1 A entrega da participação descrita no n.º 1 da cláusula 3.ª será efetuada mediante a apresentação de documento justificativo da despesa (fatura ou fatura-recibo, devendo estar cumpridos todos os imperativos fiscais, definidos no referido código) e de uma evidência da aquisição da viatura (ex: fotografia).

2. A verba indicada no número anterior, será obrigatoriamente afeta à prossecução da atividade elencada na alínea do ponto 1 da cláusula segunda, não podendo o segundo outorgante utilizá-la para outros fins, sob pena de rescisão unilateral imediata do presente contrato-programa, por parte do primeiro outorgante.
3. O valor de participação financeira tem cabimento orçamental através da rubrica 0102/080701 dos documentos previsionais para o ano económico de 2018 da Câmara Municipal do Marco de Canaveses.

Cláusula Quarta

(Sistema de acompanhamento e controlo de execução do contrato)

1. O acompanhamento e fiscalização da execução do programa de desenvolvimento desportivo a que se refere o presente contrato-programa, serão efetuados pela Câmara Municipal, designadamente no ponto 1 da cláusula segunda.
2. A Associação Independentes Clube de Pesca Desportiva, obriga-se a apresentar à Câmara Municipal todos os documentos e informações, que esta considere necessários relativos à execução do programa de desenvolvimento desportivo, para efeitos de fiscalização.



Cláusula Quinta
(Incumprimento do contrato)

1. O incumprimento do presente contrato-programa por parte da Associação Independentes Clube de Pesca Desportiva, confere à Câmara Municipal o direito de resolver o contrato e de reaver todas as quantias pagas quando se verifique a impossibilidade de realização dos fins essenciais do programa.
2. Nos demais casos, o incumprimento confere à Câmara Municipal apenas o direito de reduzir proporcionalmente a sua comparticipação.

Cláusula Sexta
(Período de vigência do contrato-programa)

O presente contrato-programa vigora pelo período necessário à aquisição da viatura.

Cláusula Sétima
(Resolução de litígios)

Os litígios emergentes da execução do presente Contrato-Programa encontram-se submetidos a arbitragem nos termos do disposto no artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.

Cláusula Oitava
(Regime aplicável)

Em tudo o que estiver expressamente previsto no presente contrato, aplica-se o disposto no aludido DL n.º 273/2009, de 1 de Outubro.

Cláusula Nona
(Publicitação)

O presente contrato produz efeitos a partir da data da sua publicitação, conforme o previsto nos artigos 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, n.º 1 do artigo 14.º e do n.º 1 do artigo 27º, ambos do Decreto-Lei n.º 273/2009, de 1 de outubro.



Cláusula Décima (Compromissos)

Nos termos definidos no n.º 3 do artigo 5.º da Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso, o compromisso associado ao contrato corresponde ao n.º 37551.

§ ÚNICO: O presente Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo não se encontra sujeito à Parte II do Código dos Contratos Público, nos termos do disposto na alínea c) do artigo 5.º, conjugado com o n.º 1 do artigo 5.º-B, ambos do referido Código.

O presente contrato-programa de desenvolvimento desportivo foi aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 10 de setembro de 2018 e impresso em duplicado, ficando cada uma das partes com um exemplar.

Marco de Canaveses, 19 de setembro de 2018.

A Presidente da Câmara Municipal

Dra. Cristina Vieira

O Presidente da Direção

Manuel Ferreira